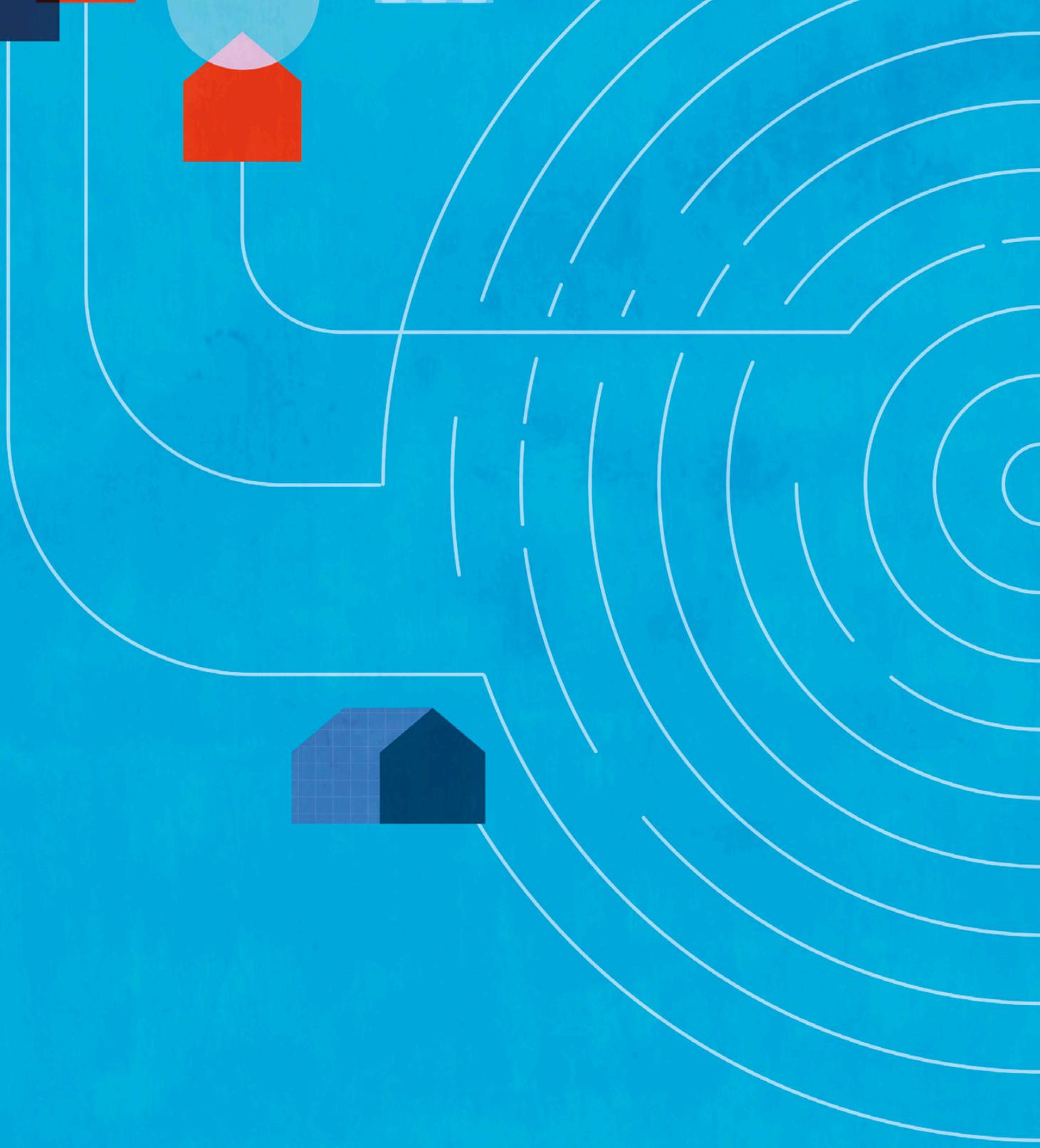




A luta  
pelo  
direito  
humano à  
água na  
Europa





# Prefácio

A água potável é essencial. Sem água para beber, não podemos sobreviver. É por isso que o acesso à água é um direito humano, declarado como tal pelas Nações Unidas em 2010. A necessidade fundamental de água é o que motiva os trabalhadores do sector da água para garantir água e saneamento 24 horas por dia, sete dias por semana. O acesso à água não é para os mais afortunados que a podem pagar. Ele simboliza a luta pelos direitos humanos e pelos serviços públicos para todos. Desde há muitos anos, a FSESP tem lutado junto com activistas da água, movimentos sociais, a Internacional dos Serviços Públicos e muitos outros para evitar que as empresas administrem os serviços de águas e explorem os trabalhadores e a população em proveito dos lucros dos accionistas.

Este folheto expõe parte do trabalho que temos vindo a fazer durante os últimos 25 anos e fornece uma visão geral dos vários ângulos que esta luta contém. A pesquisa com a Internacional de Serviços Públicos ajuda-nos a compreender as dinâmicas da indústria da água. Fizemos campanha com outros pela gestão pública e progressista da água. Lutámos contra a privatização das empresas de água, por exemplo, com os nossos companheiros de Salónica. Juntos, liderámos a primeira iniciativa legislativa de cidadania europeia pelo Direito à Água em 2012. A FSESP juntou-se a outros no projecto Comunidades Azuis para olhar para a frente e fazer as nossas cidades melhores para todos, e participamos activamente todos os anos no Dia Mundial da Água. Então sim, este folheto olha para trás e celebra o trabalho conjunto dos sindicatos dos serviços públicos e dos activistas. Esperamos que gostem.

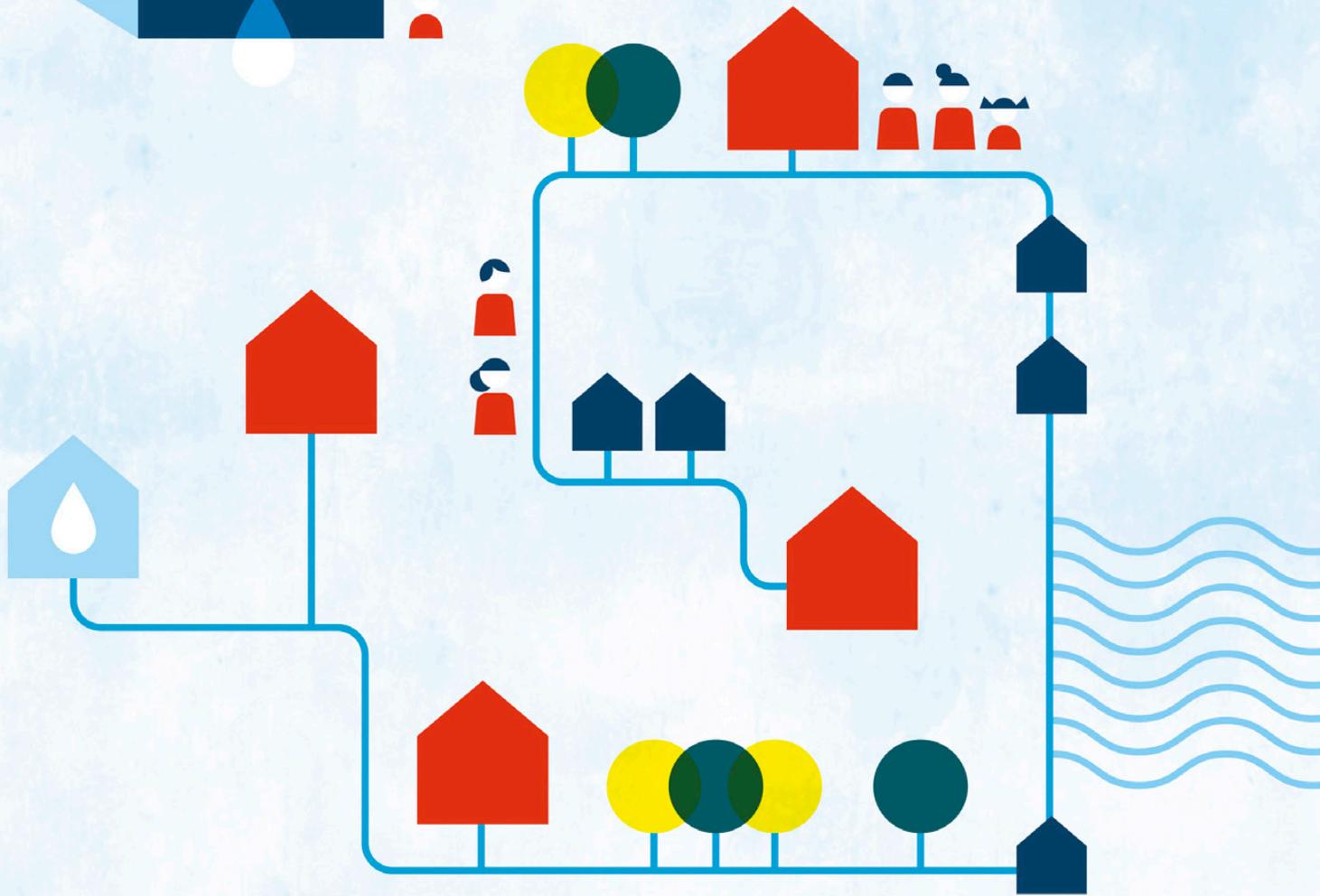
Este folheto é também parte da luta contínua pelo direito à água. A nossa preocupação imediata é preparar bem a dimensão social dos planos de recuperação pós pandemia, e a acção climática é uma componente essencial disso. Os governos por toda a Europa têm de investir nos serviços públicos e proteger os direitos humanos. Na União Europeia, a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais oferece novas oportunidades para realizar o direito à água e ao saneamento, e pode motivar outros governos nos Balcãs ocidentais, a Parceria Oriental e além, na Rússia e Ásia central, a seguir.

Acima de tudo esperamos que este folheto te inspire a ler mais, e a envolveres-te nas acções do teu sindicato e outros. A nossa luta não é só a luta dos trabalhadores da água. Não é só a água. É a luta pelo futuro das nossas sociedades e do nosso planeta. Se poluirmos as nossas origens de água e esgotarmos os aquíferos as plantas, animais e os seres humanos sofrerão. A FSESP procura fazer a diferença através dos debates sobre as alterações climáticas e planos verdes e no nosso trabalho sobre economia circular e estratégias de adaptação. Para os trabalhadores nos sectores da água e saneamento, nos serviços públicos e em última análise para as nossas comunidades. Estamos nisto em conjunto, a lutar por um futuro para todos. Faz parte disso, junta-te a nós.



**Jan Willem Goudriaan**

*Secretário Geral da FSESP*



# Introdução

---

O Dia Mundial da Água de 22 de Março de 2021 celebra a água e chama a atenção para os 2,2 mil milhões de pessoas que não têm acesso seguro à água. <sup>1</sup>

É também uma oportunidade para lembrar os governos que têm a obrigação legal de assegurar o acesso seguro à água potável e ao saneamento para todos. A Assembleia Geral do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas reconheceu o acesso à água potável como um direito humano e parte do direito internacional vinculativo, em 2010. A Assembleia Geral reconheceu o direito ao saneamento como um direito específico em 2015.

Porém, na Europa, cerca de dois milhões de pessoas não tem acesso à água e ao saneamento adequados e muitas pessoas com baixos rendimentos correm o risco de serem desligadas do serviço se não conseguirem pagar as suas facturas. <sup>2</sup>

Isto seria inaceitável em qualquer momento. No meio da pandemia de Covid-19, quando os governos exortam os cidadãos a lavarem as mãos frequentemente para prevenirem a propagação do vírus, não pode estar certo que tantos sejam excluídos.

A Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos (FSESP) tem uma longa história em defesa do direito à água e saneamento. A Federação iniciou a primeira Iniciativa de Cidadania Europeia bem-sucedida (ICE) sobre o direito à água, em 2012. <sup>3</sup> A iniciativa Right2Water solicitava que a água permanecesse como um serviço público e como bem público e estabelecia três exigências:

- Água e saneamento para todos na Europa;
- Não à liberalização dos serviços de água; e
- Acesso universal – isto é, global – à água e ao saneamento para todos.

Esta acção resultou na adopção pelo Parlamento Europeu da revisão da Directiva da água potável no final de 2020. A Directiva inclui um novo artigo sobre o acesso à água, solicitando aos Estados membros a melhoria ou a manutenção do acesso à água para consumo humano para todos, em particular para os grupos mais vulneráveis e marginalizados.

A FSESP também teve sucesso na defesa da exclusão do sector da água da Directiva 2014/23/EU, relativa aos contratos de concessão – subcontratação ou externalização de serviços públicos.

As Parcerias público privadas (PPP) são arranjos contratuais de longo prazo onde o sector privado fornece recursos infraestruturais e serviços que tradicionalmente foram financiados directamente pelo governo, incluindo água e saneamento, e onde há também alguma forma de partilha de risco entre o sector público e privado

EPSU, por que as parcerias públicas privadas (PPPs) ainda não estão a cumprir-dezembro de 2020)

Mas há ainda um longo caminho a percorrer. A Directiva re-formulada da água potável é apenas um pequeno passo para garantir que as pessoas mais vulneráveis tenham acesso à água. Os Estados membros têm uma margem ampla para não implementarem as disposições que a Directiva estipula, e não menciona explicitamente o direito humano à água potável. Além disso, as instituições europeias ainda não tomaram nenhuma medida para melhorar o acesso ao saneamento.

A Comissão Europeia iniciou a revisão da Directiva relativa aos contratos de concessão – a FSESP defende que nada mudou que justifique a inclusão da água. Além disso, o Parlamento Europeu está a forçar uma emenda a um relatório sobre a Directiva para promover as parcerias público-privadas (PPP). Isto, apesar da crescente evidência de que as PPP não beneficiam os trabalhadores e os cidadãos (ver Secção 3), e apesar da definição da água estabelecida na Directiva da água deixar claro que a água não é uma mercadoria, mas um património que tem de ser protegido e defendido.

Nas próximas semanas e meses, a FSESP intensificará uma campanha para:

- Promover o direito humano à água e ao saneamento no futuro;
- Assegurar que nenhum utilizador na União Europeia (UE) terá o abastecimento de água cortado;
- Apelar ao parlamento europeu que consagre o princípio de que “a água não é uma mercadoria”, inscrito na directiva da água, em todas as políticas relacionadas com a água;
- Uma gestão pública e progressista da água, saneamento e outros sectores; e
- Assegurar boas condições de trabalho e elevados padrões de saúde e segurança para os trabalhadores do sector (economia circular).<sup>4</sup>

# 1. Acesso à água e ao saneamento é um direito humano

---

Em 2010, a Assembleia Geral e o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas reconheceram o direito humano à água potável como parte do direito internacional vinculativo. A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o direito humano ao saneamento como direito distinto em 2015 e em 2018, o Conselho dos direitos humanos reafirmou que:

- O direito humano à água potável assegura a todos, sem discriminação, o acesso a água suficiente, segura, aceitável, física e economicamente acessível para uso pessoal e doméstico; e
- O direito humano ao saneamento assegura a todos em todas as esferas da vida e em todas as circunstâncias, sem discriminação, o saneamento física e economicamente acessível, seguro, higiénico, social e culturalmente aceitável, que garanta privacidade e assegure dignidade.

“A falta de acesso a água segura, suficiente e acessível, a instalações de saneamento e higiene tem um efeito devastador na saúde, dignidade e prosperidade de milhões de pessoas, e tem consequências significativas para a realização de outros direitos humanos”, segundo as Nações Unidas. Os Estados têm o dever de garantir os direitos à água e ao saneamento de forma equitativa e sem discriminação.<sup>5</sup>

Na sua mensagem ao IV Dia Mundial da Oração pelo Cuidado da Criação em 1 de Setembro de 2018, o Papa Francisco sublinhou que “o acesso à água potável é um direito básico e universal, pois o mesmo é essencial à vida, e, como tal, uma condição do exercício de outros direitos humanos.”

Ele tornou claro que o acesso para muita gente é difícil ou é impossível, e destacou a necessidade urgente de “projectos partilhados e gestos concretos que reconheçam que cada privatização da água bem natural, à custa do direito humano à água, é inaceitável!”<sup>6</sup>

A política externa também reconhece o direito humano à água. A Acção Europeia Externa (EEAS) é o serviço diplomático europeu e auxilia à implementação da sua política externa e de segurança. À medida que os recursos hídricos e os ecossistemas se deterioram, e a ameaça de escassez de água se alarga, as tensões e os conflitos sobre a água aumentaram. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros reconheceram a água como um assunto de política externa em 2013 e em Novembro de 2018 o Conselho de Negócios Estrangeiros adoptou novas conclusões sobre Diplomacia Europeia sobre a água.<sup>7</sup>

A Iniciativa de Cidadania Europeia é um instrumento de democracia participativa na UE e permite aos cidadãos garantir que um problema está no agenda política europeia. Pelo menos sete pessoas de sete Estados-Membros da UE devem formar um comité de cidadãos e recolher 1 milhão de assinaturas de pelo menos sete Estados da UE.

As Conclusões reconhecem o potencial da água para afectar a paz e a segurança internacional e salienta a importância da governança e da cooperação transfronteiriça da água. Elas também sublinham o compromisso da UE com o direito à água e ao saneamento e estabelecem a ligação entre a água – em particular a poupança de água – e a economia circular: “A UE salienta a significativa contribuição da economia circular para a poupança de água incluindo mediante a reutilização... e encoraja a Comissão e os Estados membros a financiar e a incentivar a pesquisa e parcerias em inovação na água, envolvendo parceiros públicos e privados.”<sup>8</sup>

Apesar destes compromissos, cerca de dois milhões de pessoas na Europa não tem acesso adequado à água e ao saneamento e muitas pessoas com baixos rendimentos estão ameaçadas de desconexão dos serviços se não conseguirem pagar as suas facturas.”<sup>9</sup>

Em 2013, a área metropolitana de Paris levou a cabo uma avaliação detalhada sobre o acesso à água e ao saneamento e identificou problemas de acesso para determinados grupos incluindo sem abrigo e comunidades nómadas. Também identificou que o principal desafio era evitar a desconexão de pessoas que não podem pagar o serviço.<sup>10</sup> O Centro Europeu de Direitos dos Ciganos afirma que as pessoas de etnia cigana na Europa enfrentam “uma crise no acesso à água”.<sup>11</sup>

A Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) Right2Water, conseguiu colocar o direito humano à água e ao saneamento na agenda política europeia.<sup>12</sup>

Iniciada pela FSESP em 2012, recolheu quase 2 milhões de assinaturas, das quais 1 milhão e 680 mil foram validadas, solicitando à União Europeia para definir objectivos obrigatórios para todos os Estados membros alcançarem 100% de cobertura de água e saneamento na Europa. Também exigia que a UE fizesse maior esforço para alcançar acesso universal à água e ao saneamento fora da UE.

A ICE sublinha que o principal objectivo da UE era a criação de um mercado único de bens e serviços.

“Mas os serviços de água são diferentes”, explicita a ICE. “Eles são essenciais à vida e a água é um recurso natural limitado. A água não é uma mercadoria mas um bem público que tem de ser salvaguardado, não deve ser aberto à concorrência. O direito humano deve ser central na política de água, não a concorrência ou a realização do mercado interno.”

A iniciativa também deixa claro que os governos são obrigados a prestar estes serviços. Eles devem implementar o direito humano à água e ao saneamento e não entregar estes serviços às forças de mercado. A única forma de assegurar o acesso à água e ao saneamento é garantir isto na lei.

A ICE instou a Comissão Europeia a concentrar-se em assegurar água e saneamento para todos os cidadãos europeus e a adoptar uma atitude de serviço público e uma abordagem baseada em direitos em vez da sua abordagem actual baseada no mercado. Recebeu apoio político alargado na corrida às eleições para o Parlamento Europeu de 2014, com quatro dos cinco candidatos a Presidente da Comissão Europeia a comprometerem-se a implementar o direito humano à água.<sup>13</sup>

Como resultado directo da ICE Right2Water, em Dezembro de 2020 o Parlamento Europeu adoptou a Directiva da Água Potável revista.<sup>14</sup> Isto inclui o novo Artigo 16 sobre o acesso à água para consumo humano.

A Comissão Europeia diz que a nova directiva garantirá o acesso seguro à água para todos os Europeus e assegura os padrões mais elevados do mundo para a água potável. Introduz a obrigação para os Estados membros de melhorar ou manter o acesso o acesso à água potável para todos, com atenção aos grupos vulneráveis e marginalizados. Entrou em vigor em 12 de Janeiro de 2021 e os Estados Membros têm dois anos para cumprir a Directiva da Água Potável revista.

A FSESP acredita que a Directiva revista é um pequeno passo na direcção certa para garantir à população vulnerável acesso à água. Contudo, os Estados Membros têm grande margem para não implementar as disposições estipuladas, e devia ser explicitamente reconhecido o direito humano à água.

## Caixa 1: Os riscos para os direitos humanos do fornecimento privado de água e saneamento

Em Outubro de 2020, o Relator Especial das Nações Unidas para o direito à água e ao saneamento, Léo Héller, desafiou a tradicional abordagem que considera que os direitos humanos são neutrais no que diz respeito à entidade que fornece a água e o saneamento. Ele identificou três factores que definem os riscos para os direitos humanos do fornecimento privado de água e saneamento: maximização do lucro, monopólio natural, desequilíbrios de poder.

Ele estabeleceu que:

- O imperativo dos fornecedores privados de obterem o máximo de lucro possível pode minar a obrigação do Estado de providenciar água e saneamento acessível para todos;
- Num ambiente de monopólio natural no sector da água e saneamento com um único fornecedor, os reguladores estão mais expostos à captura pelos fornecedores, e a capacidade dos reguladores de proteger os direitos humanos à água e ao saneamento podem ser enfraquecidos; e
- Os desequilíbrios de poder no sector da água e saneamento exacerbam os dois primeiros factores.

Ele notou que “quando as empresas com fins lucrativos estão em cena, as motivações económicas podem ultrapassar a motivação para cumprir os padrões dos direitos humanos à água e saneamento”.

Em certos casos, ele acrescentou, requisitos rigorosos dos direitos humanos podem ser um incentivo para os operadores privados não investirem em determinadas áreas. Em resultado, os países podem sentir-se pressionados a baixar os padrões ou a tornar a regulação mais fraca.<sup>15</sup>

## 2. As pessoas querem que os serviços de água sejam serviços públicos

---

A água costumava ser vista maioritariamente como um serviço público e um bem comum. No entanto, desde os anos 90 tornou-se de forma crescente uma mercadoria. As empresas de água tornaram-se activos financeiros para o investimento privado global em vez de empresas com o propósito principal de fornecer serviços básicos de forma equitativa e acessível. Retorno aos accionistas tornou-se mais importante do que os investimentos em infra-estrutura necessários para fornecer estes serviços.<sup>16</sup>

Como a ICE Right2Water salienta, os proponentes da abordagem de mercado para a prestação de serviços públicos prometem sempre preços baratos e melhores serviços. Na realidade, isto significa serviços mais baratos e melhores para os ricos e mais caros e piores para os pobres.

O objectivo principal das empresas privadas é fazer lucros. Elas concentram-se em prestar serviços onde é mais rentável, para aqueles que podem pagar. Ao mesmo tempo, negligenciam áreas onde os serviços não são rentáveis e aqueles que mais necessitam. O mercado para os serviços de água significa “Não há dinheiro, não há água”.<sup>17</sup>

Num relatório de 2018 sobre pobreza e direitos humanos, as Nações Unidas concluíram que: “A privatização envolve frequentemente a eliminação sistemática de protecções dos direitos humanos e maior marginalização dos interesses daqueles que têm mais baixos rendimentos e dos que vivem na pobreza.”<sup>18</sup>

À medida que a privatização da água progrediu à escala global, também avançaram as experiências de seu fracasso. A obtenção de lucros da água teve consequências prejudiciais para as pessoas e o ambiente.<sup>19</sup> Como resultado, há uma crescente resistência à privatização e apoio crescente à gestão dos serviços de água como serviço público, incluindo por empresas públicas, administração local e regional, e até certo ponto por iniciativas lideradas por cidadãos. No Reino Unido, por exemplo, 83% da população apoia a propriedade pública da água.<sup>20</sup>

Em 2008, diversos grupos incluindo a FSESP constituíram a Rede Europeia para Água Pública. A rede pan-europeia juntou grupos de activistas da água, redes e movimentos para lutar contra a privatização da água na Europa.<sup>21</sup> Elaborou um Manifesto estabelecendo uma série de exigências, incluindo as seguintes:

- Um compromisso com a água como direito humano;
- A exclusão do comércio e liberalização dos serviços de água do acordos de comércio internacional;
- A água deve permanecer como serviço público;
- A promoção do investimento em parcerias público-público (PuPs) para garantir água segura e sustentável; e
- Melhoria das condições de trabalho nas empresas de água e a participação de trabalhadores nos processos de decisão.<sup>22</sup>

Parcerias público-público (PuPs) são distintas das Parcerias público-privado. Elas são uma colaboração entre dois ou mais parceiros para melhorar a capacidade e a eficiência na prestação de serviços públicos. PuPs podem ser entre países, municípios, ou abranger diferentes serviços públicos num município. Baseadas na solidariedade e no compromisso e não na obtenção de lucros, PuPs são relações entre pares forjadas à volta de valores e objectivos comuns.<sup>23</sup>

## Caixa 2: A crise da água que os ciganos enfrentam na Europa

A FSESP e o Centro Europeu de Direitos dos Ciganos (CEDC) exigiram à Comissão Europeia para actuar em relação às reivindicações da ICE Right2Water depois do estudo do CEDC de 2017 Com sede de justiça – negado o acesso a água e ao saneamento a Ciganos Europeus, confirmou que é negado o acesso à água e ao saneamento aos ciganos.<sup>24</sup>

Um número alargado de ciganos continua a ter o acesso à água e ao saneamento negado ou prejudicado. Em 2020, por exemplo, o CEDC destacou dois processos judiciais. Em 2016, a Eslovénia foi o primeiro país europeu a consagrar o acesso à água potável um direito fundamental.

“Apesar disto, o acesso à água não é garantido na prática a todos os eslovenos, em particular se forem ciganos”, comentou o CEDC em Março de 2020 depois do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ter rejeitado o primeiro caso que lhe foi presente dizendo respeito a uma comunidade cigana na Eslovénia.

“As pessoas ciganas que são forçadas a defecar ao ar livre e caminhar um quilómetro para beber água contaminada” foram informadas pelos juízes que “eles não provaram de forma suficiente que a situação é prejudicial para a saúde e viola a dignidade humana”.<sup>25</sup>

Em Junho de 2020, o CEDC relatou que após cinco anos de uma longa batalha jurídica, dois ciganos foram despejados das suas casas em Belgrado, Sérvia e colocados num armazém sem acesso à água, saneamento ou electricidade foram compensados pelo Tribunal de Recurso de Belgrado. Um terceiro litigante morreu à espera de decisão dos tribunais.<sup>26</sup>

## 3. Boas razões económicas para os serviços de água estarem em mãos públicas

---

### Ineficiência das PPP

Governos em todo o mundo e instituições internacionais continuam a encorajar a privatização de serviços públicos. Organizações incluindo a Comissão Europeia promovem abordagens neo-liberais, baseadas no mercado para a prestação de serviços públicos, uma visão minimalista da intervenção do Estado, e reforma do sector público por causa das suas alegadas ineficiências. A privatização sob a forma de parcerias público-privado está especialmente generalizada.<sup>27</sup>

Contudo, uma revisão importante de centenas de estudos académicos revelou que não há evidência empírica que o sector privado é intrinsecamente mais eficiente que o sector público.

O Relatório de 2019 elaborado pela Unidade de Pesquisa da Internacional de Serviços Públicos (PSIRU) para a FSESP, na Universidade de Greenwich, Eficiência do sector público e privado, desafia a assunção que a privatização ou as PPP conseguem sempre fornecer o mesmo nível de serviço com custos mais baixos do que o sector público.<sup>28</sup>

A pesquisa examina os dados de nove sectores, incluindo da água. Os resultados minam consistentemente a defesa da privatização e externalização. No caso das PPP em particular, o relatório aponta que os custos dos empréstimos do sector privado são invariavelmente mais caros que os do sector público. A opção do sector privado, precisa, portanto, de apresentar ainda maiores economias de eficiência para cobrir esses custos, entregar lucros aos accionistas, e ainda garantir níveis de serviço em termos de qualidade e quantidade.

Aponta para uma revisão sistemática da literatura global de 2008 sobre todos os aspectos de eficiência no abastecimento de água. Isto concluiu que “não há evidências concretas que apontem para uma relação causal entre propriedade de gestão e eficiência”.

Uma revisão internacional de 2010, analisando 27 estudos empíricos sobre comparação de eficiência na gestão da água e resíduos em vários países, concluiu que “produção privada de serviços locais não é sistematicamente menos dispendiosa do que a produção pública local”.

Um estudo abrangente sobre os serviços de abastecimento de água em França, onde cerca de  $\frac{3}{4}$  dos serviços é fornecido pelo sector privado através de concessões, descobriu que em 2004, depois de descontados todos os outros factores, o preço da água fornecido pelas empresas privadas é cerca de 17% mais caro do que nas localidades abastecidas pelos municípios.

Uma série de estudos britânicos descobriu que não se registou nenhuma melhoria significativa na produtividade desde a privatização. Um relatório de 2007 concluiu que: “após a privatização o crescimento da produtividade não melhorou...os níveis médios de eficiência eram actualmente moderadamente mais baixos em 2000 do que no momento da privatização (em 1989).”

Em Dezembro de 2020, a FSESP e a rede Eurodad lançaram um relatório sobre as promessas não cumpridas das parcerias público-privadas (PPP).<sup>29</sup>

O relatório, *Porque é que as parcerias público-privadas não estão a cumprir*, identificou oito razões principais:

- 1- As PPP não aportam mais dinheiro - criam dívida escondida;
- 2- O financiamento privado é mais caro do que fazer empréstimos públicos;
- 3- As autoridades públicas continuam em última análise a assumir o risco de falhas de projecto;
- 4- As PPP não garantem a boa aplicação do dinheiro;
- 5- Os ganhos de eficiência e inovação podem resultar em redução na prestação do serviço;
- 6- As PPP não garantem projectos dentro do prazo e do orçamento;
- 7- Os negócios das PPP são opacos e podem contribuir para a corrupção; e
- 8- As PPP distorcem as prioridades das políticas públicas e forçam os serviços públicos a reduzir custos.

Sublinhou vários exemplos de PPP no sector da água e saneamento, incluindo os seguintes:

- A melhoria da estação de tratamento de águas residuais de Dublin, que foi inaugurada em 2003, trouxe benefícios para o Mar da Irlanda. No entanto, os odores persistentes afectaram os residentes locais por vários anos devido ao uso de tecnologia não comprovada e limites de odor especificados incorrectamente no contrato. Desde o primeiro dia, também

ficou demonstrado que a estação estava subdimensionada para a quantidade real de águas residuais a tratar, em parte porque não foram devidamente tidas em conta as especificações das instalações comerciais na fase do planeamento. O município de Dublin pagou 35,6 milhões de euros à Celtic Anglian Water para tentar corrigir os problemas;

- O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento financiou a Estação de tratamento de águas residuais de Zagreb, onde havia “excesso de rentabilidade”;
- A PPP da água em Berlim, onde o contrato assinado por Berlim e duas empresas (RWE e Vivendi (Veolia) em 1999 era confidencial e nem sequer o Parlamento alemão podia ver o contrato.
- A subsidiária da Veolia na Roménia, a empresa Apa Nova, que mostrou como a pressão para gerir serviços públicos podem resultar em corrupção.

Um relatório do Tribunal de Contas Europeu de Março de 2018 concluiu que as PPP cofinanciadas pela UE “não podem ser consideradas uma opção economicamente viável para fornecer infraestrutura pública”. As PPP auditadas sofriam de deficiências generalizadas e benefícios limitados, resultando em € 1,5 mil milhões de despesas ineficientes e ineficazes. O custo-benefício e a transparência foram amplamente minadas principalmente por política e estratégia pouco claras, análise desadequada, orçamento e partilha desequilibrada do risco.<sup>30</sup>

## Exclusão da água do regime de concessão

Em 2013 a Comissão Europeia excluiu a provisão dos serviços de água da Directiva de Contratos de Concessão, como resultado da pressão pública.<sup>31</sup> Isto foi uma vitória para a FSESP, que alertou que a Directiva era uma nova tentativa para privatizar a água contribuindo para um maior uso de PPP, e conseqüentemente para o aumento de PPP falhadas.<sup>32</sup>

O artigo 12 da Directiva 2014/23/EU, prevê exclusões específicas no domínio da água. Exclui da Directiva as concessões atribuídas para fornecer ou explorar redes fixas destinadas a fornecer um serviço ao público relacionado com a produção, transporte ou distribuição de água potável ou para fornecer água potável a essa rede.

O artigo 53.º exige que a Comissão avalie os efeitos económicos das exclusões estabelecidas no Artigo 12.º sobre o mercado interno, tendo em conta as estruturas específicas do sector da água e apresente um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho até 18 de abril de 2019.

A Comissão deu início à revisão prevista na Directiva. A posição da FSESP é que nada mudou para o sector de água ser incluído. A exclusão explícita de serviços de água da Directiva de concessões e das negociações comerciais é uma exigência de longa data que o Parlamento Europeu apoiou.<sup>33</sup>

### Caixa 3: Especialista da ONU expressa preocupação sobre o primeiro mercado futuro de água do mundo

Em Dezembro de 2020, um especialista da ONU em água e direitos humanos disse que estava muito preocupado sobre a criação do primeiro mercado de futuros de água do mundo, já que poderia atrair a especulação financeira que a negociariam como outras commodities, como o ouro e petróleo.

Os seus comentários seguiram-se após o lançamento do CME Group do primeiro contrato futuro de água do mundo para negociação. O objectivo é ajudar os utilizadores de água a gerir os riscos e equilibrar melhor as necessidades de abastecimento e de água tendo em conta a incerteza que as secas severas e inundações trazem à disponibilidade de água. O novo contrato futuro de água permite aos compradores e vendedores trocarem por um preço fixo uma quantidade fixa de água numa data futura.

Mas o Relator Especial da ONU sobre os direitos humanos à água potável e saneamento Pedro Arrojo-Agudo disse: “Não dá para valorizar a água como se faz com outras mercadorias transacionáveis.”

“A água pertence a todos e é um bem público. Está intimamente ligada a todas as nossas vidas e meios de subsistência e é uma componente essencial para a saúde pública”, acrescentou. “A água já está sob extrema ameaça de uma população crescente, necessidades crescentes e poluição grave pela agricultura e a indústria de mineira no contexto de agravamento do impacto da mudança climática.”

Assim como os agricultores, fábricas e empresas de serviços públicos procuram preços fixos, um mercado futuro também pode atrair especuladores como fundos especulativos e bancos para apostar nos preços, repetindo a bolha especulativa do mercado de alimentos em 2008.

“Nesse contexto, o risco é que os grandes players agrícolas e industriais e as grandes concessionárias sejam os que podem comprar, marginalizando e prejudicando os sectores mais vulneráveis da economia, como os pequenos produtores”, disse Arrojo-Agudo.<sup>34</sup>

## 4. Lutar para recuperar a água pública

À medida que a privatização da água progrediu à escala global, o mesmo aconteceu com as experiências fracassadas, de acordo com o relatório Recuperando os nossos serviços públicos, um estudo da ISP - Internacional de Serviços Públicos de 50 estudos de caso de remunicipalização.<sup>35</sup> Uma compilação anexa inclui 12 casos de remunicipalização de água, incluindo cinco na França, Alemanha e Itália.<sup>36</sup>

Remunicipalização significa o regresso dos serviços públicos do controlo e/ou propriedade privada sob qualquer forma para a plena propriedade e gestão públicas e controlo democrático. Envolve a recuperação pelos municípios e governos regionais de serviços de propriedade privada e/ou geridos, sob concessão, ou financiados por organismos públicos.

Lucrar com a água teve consequências prejudiciais para as pessoas e o meio ambiente, e a remunicipalização do sector de água cresceu rapidamente à escala global nas últimas duas décadas, e está a ganhar força, relata a ISP. Em 2000, apenas dois casos em dois países foram registados, mas em 2019 havia 311 casos em 36 países.<sup>37</sup> Em França, o país com a mais longa história na privatização da água e sede das duas principais multinacionais da água, Suez e Veolia, registou o maior número de remunicipalizações de água.<sup>38</sup> O sector da água na França tem visto uma onda de remunicipalizações desde 2000, incluindo grandes cidades, como Paris (ver Caixa 4), Rennes, Grenoble, Nice e Montpellier.<sup>39</sup> Paris e Rennes introduziram parcerias inovadoras com o sector agrícola para proteger as captações de água, incentivando a mudança para a produção biológica e criando novos mercados por meio de contratação e rótulos públicos.<sup>40</sup>

Em Espanha, o número de remunicipalizações mais do que dobrou desde 2017, com 38 casos de remunicipalização da água. Em Terrassa, por exemplo, levou a novas formas democráticas de tomada de decisão. Com o apoio da sociedade civil, a cidade criou um Observatório de Águas para que os utentes participem na gestão pública. Valladolid economizou €13,3 milhões desde a remunicipalização da água em 2017, quase 4% do orçamento municipal para 2018.<sup>41</sup>

Razões comuns para remunicipalizar os serviços públicos incluem:

- Operações disfuncionais da empresa - incluindo baixo desempenho da empresa e baixa qualidade de serviço; rescisão de contratos por parte dos privados ou não fornecimento do serviço contratado; e falência dos empreiteiros;
- Falta de controlo dos serviços públicos - falta de controlo sobre a prestação de serviços e incapacidade de consertar problemas assim que o serviço é privatizado; e a falta de vontade dos operadores/prestadores privados para ir além dos termos estritos do contrato do serviço às comunidades;
- Impacto nos trabalhadores e utentes do serviço – subinvestimento em recursos de serviço, pessoal e infraestruturas; facturas crescentes para os utentes; desigualdade na prestação do serviço (serviços a cliente e áreas lucrativas, desprezo por utentes e áreas não rentáveis); falta de sustentabilidade social e / ou ambiental, incluindo más condições de trabalho, destruição de empregos e poluição;
- Falta de transparência e responsabilização - falta de transparência nos preços dos serviços; fraude e conflito de interesses; e disputas entre fornecedores privados e instituições contratantes sobre os custos operacionais e aumentos de preços.<sup>42</sup>

Em vez de enriquecer ainda mais os accionistas, quando os serviços públicos são geridos publicamente os excedentes podem ser:

- reinvestidos para expandir a infraestrutura de serviço;
- utilizados para melhorar a qualidade do serviço e as condições de trabalho;
- usados para reduzir encargos; e
- reinvestidos para enfrentar as mudanças climáticas.<sup>43</sup>

## Caixa 4 – Eau de Paris – a remunicipalização da água em Paris

O município de Paris decidiu retomar o controlo público da gestão da água em 2010. Isso resultou numa administração diversa e eleita democraticamente, uma redução nas tarifas de 8%, 1.200 fontes de água potável instaladas em toda a cidade, e apoio às pessoas com dificuldades para pagar as contas de água, energia e habitação.

Em 2017, a empresa pública de água Eau de Paris recebeu das Nações Unidas o prestigioso prémio de serviço público em reconhecimento ao seu trabalho em responsabilidade, transparência e integridade. Também está empenhada em reduzir a pegada social e ecológica nas actividades de produção e distribuição de água e é pioneira em políticas de protecção de captação de água.

“Paris é um modelo importante de remunicipalização, com a introdução de mecanismos inovadores de responsabilização democrática, com ênfase no acesso à água para todos, incluindo pessoas sem abrigo e migrantes, e adaptação às mudanças climáticas – enquanto mantém os preços mais baixos do que antes da remunicipalização” de acordo com o relatório O Futuro é Público – Em Direcção à Propriedade Democrática dos Serviços Públicos, de Maio de 2020 do TNI – Instituto Transnacional.

A remunicipalização levou a economia de custos e maior eficiência por meio de uma melhor coordenação, menos subcontratação, redução de lucros para os accionistas e mais responsabilização.

Desde que os serviços de água em Paris foram remunicipalizados em 2010, a Eau de Paris tem sido capaz de fazer economias de eficiência reduzindo o custo dos subcontratos, racionalizando e agregando funções anteriormente separadas, eliminando as margens de lucro das empresas privadas e por melhorias gerais na coordenação e planeamento. A internalização dos centros de contacto economizou 2 milhões de euros por ano, por exemplo. Essas economias de eficiência foram usadas para financiar investimentos e uma massa salarial sustentável, além de reduzir o preço da água em 8%. A cidade também criou um conjunto de mecanismos para garantir que corresponde aos seus objetivos públicos, incluindo um “contrato de objectivos” de longo prazo com o conselho municipal, um observatório independente para a participação pública em debates, e um comité consultivo para organismos representativos.<sup>44</sup>

Para mais informação ver: <https://www.epsu.org/article/public-and-private-sector-efficiency> e <https://www.epsu.org/article/new-book-released-remunicipalisation>

## 5. Gestão pública progressista – a alternativa à privatização

---

A FSESP desenvolveu um conjunto de critérios para a gestão pública progressista da água.<sup>45</sup> Estes são baseados na convicção de que a água é um bem comum, que o acesso à água é um direito humano inalienável, que a água não pode ser privatizada ou comercializada, e que a gestão da água deve ser pública e comunitária. Os critérios são:

**Boa qualidade** - A água é fundamental para a vida. É essencial para higiene, nutrição e saúde e deve ser de alta qualidade;

**Sustentabilidade e planeamento ecológico** - num mundo onde a escassez de água se tornará uma realidade, a boa gestão dos recursos hídricos é essencial para garantir o direito à água para as futuras gerações. Preservar os recursos hídricos naturais e os ciclos da água nas bacias hidrográficas, e evitar a poluição e distorções de ecossistemas frágeis inclui uma boa gestão de saneamento tratamento de águas residuais. A gestão de recursos hídricos públicos de boa qualidade deve ser uma componente chave das políticas de adaptação ao clima e sustentabilidade deve ser um princípio subjacente para todas as empresas de água e saneamento;

**Serviço universal** - todos devem ter acesso igual a serviços de água e saneamento apropriados e os cortes de água nas casas particulares devem ser ilegais.

**Eficácia na resposta às necessidades** - A eficiência das empresas públicas de água deve ser medida, não por conseguir o maior lucro possível com o menor custo, mas pela capacidade de responder às necessidades das pessoas e por assegurar outros elementos de interesse público. Quais as necessidades e interesses públicos, e como podem ser atendidos, devem ser discutidos, definidos e avaliados de forma participativa mediante processos democráticos;

**Social** - as pessoas têm recursos financeiros diferentes e uma tarifa de água baseada apenas no consumo leva a encargos desiguais. A gestão progressiva da água deve desenvolver mecanismos para garantir que as pessoas tenham igual acesso à água, independentemente da sua condição social, garantindo ao mesmo tempo que ninguém pode usar água irresponsavelmente porque tem dinheiro e poder para fazê-lo;

**Solidariedade** - As empresas de água não se devem preocupar apenas com a situação nas suas áreas geográficas, mas devem ajudar, dentro de suas capacidades, a desenvolver ou melhorar os serviços de água e saneamento noutros locais;

**Boas condições de trabalho** - Os trabalhadores são essenciais para o desenvolvimento e melhoria de serviços de alta qualidade. Eles devem ter boas condições de trabalho, beneficiar de padrões elevados de segurança e saúde, e ter permissão para ter objectivos de longo prazo e adoptar novas ideias e necessidades sociais no seu trabalho. Eles devem ser totalmente integrados nas discussões públicas sobre o desenvolvimento de seus serviços;

**Estruturas democráticas e controlo** - As estruturas e práticas das empresas de água devem ser democráticas e totalmente transparentes com mecanismos democráticos para garantir que todos possam participar na tomada de decisões e no controlo de todas as questões relacionadas com a água; e

**Legislação progressista** - a governança da água deve proteger o carácter público dos serviços de água; reconhecer o direito humano à água no plano constitucional e legislativo; e proteger a água, os serviços de saneamento e a gestão de recursos hídricos da liberalização, privatização e comercialização. A governança da água deve garantir o financiamento público e contar com a participação pública e dos trabalhadores.

## Caixa 5: Comunidades Azuis

O Projecto Comunidades Azuis no Canadá incentiva municípios e comunidades indígenas a apoiar a ideia de uma “estrutura de recursos comuns de água”, reconhecendo que a água é um recurso compartilhado por todos, ao aprovar resoluções que:

Reconhecer a água e o saneamento como direitos humanos; proibição ou eliminação progressiva da venda de garrafas de água em instalações e eventos municipais; e promoção da propriedade, gestão e financiamento públicos dos serviços de água e saneamento.

O Conselho de Canadenses, o Projecto Planeta Azul e o Sindicato Canadense de Funcionários Públicos (CUPE) iniciaram o Projecto Comunidades Azuis em 2009. O movimento Comunidades Azuis cresceu internacionalmente com Paris, França, Berna, Suíça e outros municípios ao redor do mundo ficando “azuis”.

Para mais informação ver: <https://canadians.org/bluecommunities>



## 6. Conclusões

---

Em 2017, as instituições europeias assinaram o Pilar dos Direitos Sociais da UE que estabelece o compromisso dos Estados-Membros e da UE por uma Europa Social. O Princípio 20 estabelece que todos têm o direito de acesso a serviços essenciais de boa qualidade, incluindo à água. O apoio para garantir o acesso a tais serviços estará disponível para os carenciados.

Isso oferece uma nova oportunidade para dar o passo crucial para garantir o direito humano à água e ao saneamento. Como disse o relator da ONU, esses direitos são mais bem garantidos quando a água os serviços são serviços públicos.

A Iniciativa de Cidadania Europeia Right2Water e a resposta do Parlamento Europeu ao adoptar a Directiva reformulada do consumo de água potável com um novo artigo sublinhou o facto de que os europeus desejam consagrar o direito humano à água e ao saneamento na legislação da UE.

Os sindicatos europeus exigem um programa de acção social, incluindo propostas legislativas para implementar o Pilar. Na sequência da recente publicação da Comissão do seu Plano de Acção para apoiar a implementação do Pilar, incluindo o Princípio 20, a FSESP planeou uma série de acções políticas para impulsionar as suas exigências por:

- O direito humano à água e ao saneamento para todos os cidadãos europeus no futuro;
- Proibição de corte do abastecimento de água aos utentes;
- O Parlamento Europeu deve consagrar o princípio “a água não é uma mercadoria” em toda a UE água e em políticas relacionadas com a água; e
- A gestão pública progressista da água e do saneamento.

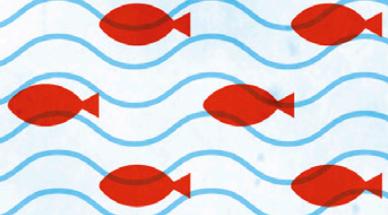
## Caixa 6: Iniciativas paralelas da FSESP

A FSESP também aproveitará as oportunidades proporcionadas pelo Plano de Acção de Economia Circular da Comissão Europeia, o Acordo Verde Europeu e a nova Estratégia de Adaptação às Mudanças climáticas para impulsionar essas exigências.

A FSESP apoia o conceito de economia circular para prevenir e reduzir o desperdício, e se não for possível, reutilizar, compartilhar, reciclar e recuperar, desde que envolva segurança e trabalho decente.<sup>46</sup> A Comissão adoptou o seu plano de acção para a economia circular em Março de 2020. Este inclui o compromisso de monitorizar e apoiar estritamente a aplicação dos requisitos da Directiva Água Potável para tornar a água potável acessível em locais públicos, reduzindo a dependência de água engarrafada e evitando o desperdício de embalagens.<sup>47</sup>

A FSESP saudou o Acordo Verde Europeu como uma resposta holística à emergência climática.<sup>48</sup> No entanto, o acordo deve incluir o direito à água e à melhoria da saúde e segurança medidas para os trabalhadores do sector das águas residuais.<sup>49</sup> Os planos ambiciosos da Comissão para o clima só serão alcançados por meio de uma transição justa para trabalhadores e comunidades, investimento público e propriedade pública.<sup>50</sup>

A Comissão Europeia adoptou uma nova estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas em 24 de fevereiro de 2021. Isso define o caminho para se preparar para os impactos inevitáveis das mudanças climáticas, incluindo secas devastadoras e escassez de água. Reconhece que o acesso à água potável é uma necessidade humana básica, que a mudança climática ameaça a qualidade da água, e que o abastecimento estável e seguro de água potável é de extrema importância e deve ser garantido.<sup>51</sup>

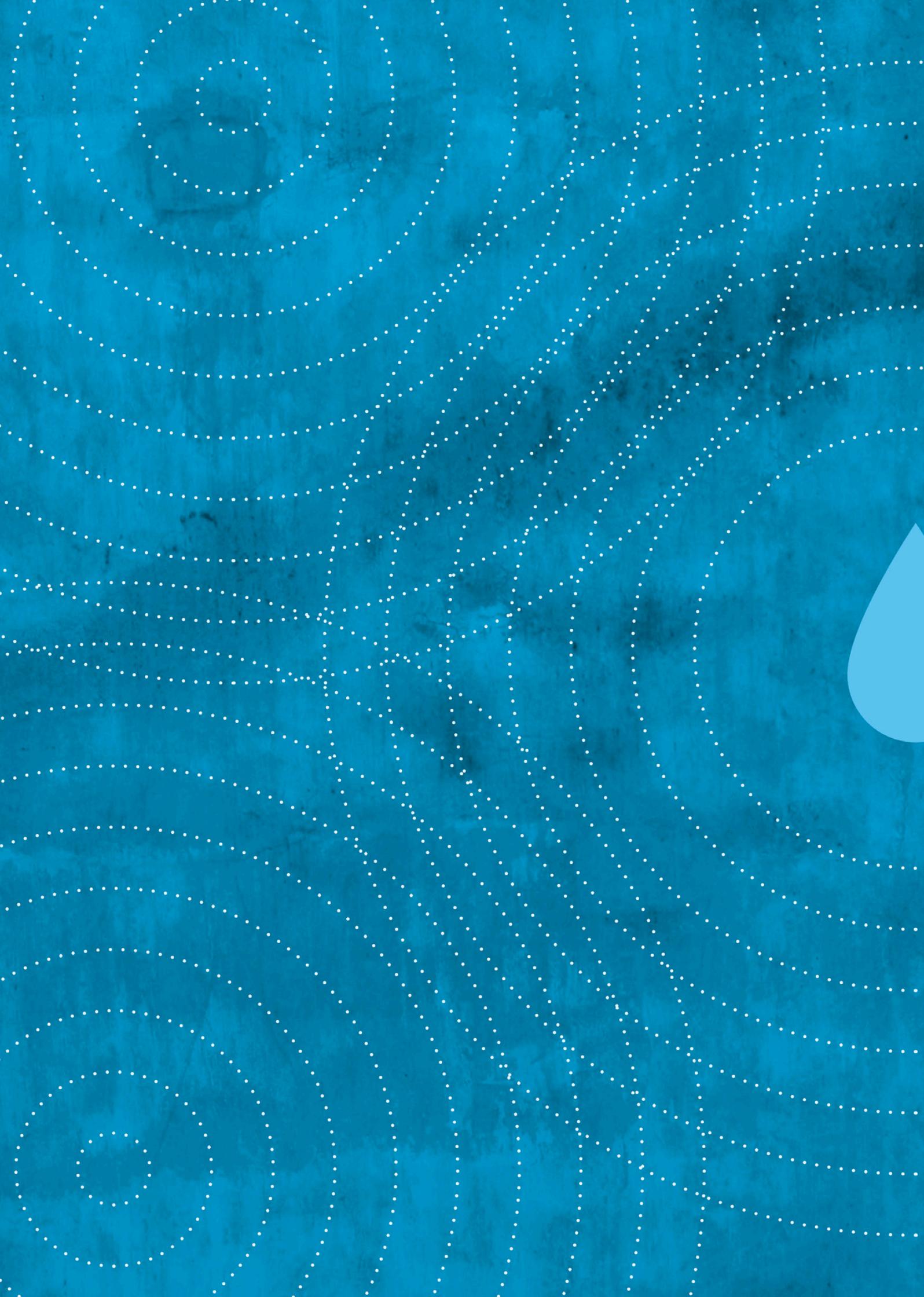


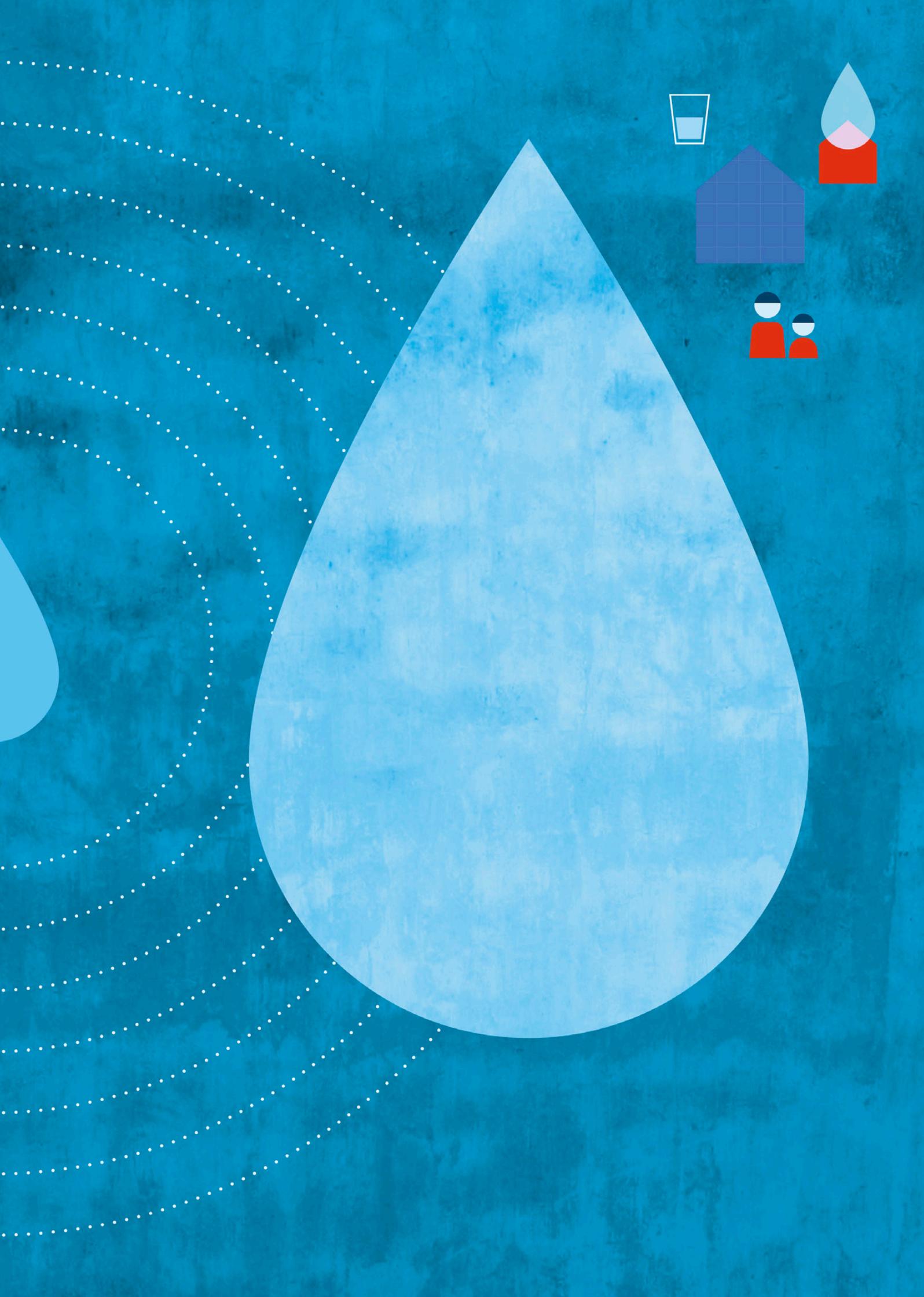
## Referências

- <sup>1</sup> <https://www.worldwaterday.org/>
- <sup>2</sup> <https://www.right2water.eu/about>
- <sup>3</sup> [www.right2water.eu](http://www.right2water.eu)
- <sup>4</sup> <https://www.epsu.org/article/safe-jobs-circular-economy-new-epsu-report>
- <sup>5</sup> <https://www.unwater.org/water-facts/human-rights/>
- <sup>6</sup> <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2018-09/pope-francis-care-for-water-is-urgent-imperative.html>
- <sup>7</sup> [https://eeas.europa.eu/topics/water-diplomacy/417/eu-water-diplomacy\\_en](https://eeas.europa.eu/topics/water-diplomacy/417/eu-water-diplomacy_en)
- <sup>8</sup> Council conclusions on Water Diplomacy as adopted at the 3652nd meeting of the Council on 19 November 2018 <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13991-2018-INIT/en/pdf>
- <sup>9</sup> <https://www.right2water.eu/about>
- <sup>10</sup> The United Nations world water development report 2019: leaving no one behind (2019) <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367306>
- <sup>11</sup> <http://www.errc.org/news/no-water-no-justice-for-slovenian-roma-at-european-court>
- <sup>12</sup> <https://www.right2water.eu/>
- <sup>13</sup> <https://www.epsu.org/article/4-out-5-candidates-european-commission-president-commit-implementing-human-right-water>
- <sup>14</sup> Directive (EU) 2020/2184 of the European Parliament and of the Council of 16 December 2020 on the quality of water intended for human consumption (recast) <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32020L2184&qid=1613407382088>
- <sup>15</sup> <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26407&LangID=E>
- <sup>16</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>17</sup> <https://www.right2water.eu/about>
- <sup>18</sup> <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Poverty/Pages/Privatisation.aspx>

- <sup>19</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>20</sup> [https://www.tni.org/files/publication-downloads/futureispublic\\_online\\_def.pdf](https://www.tni.org/files/publication-downloads/futureispublic_online_def.pdf)
- <sup>21</sup> <http://europeanpublicwaternetnetwork.blogspot.com/>
- <sup>22</sup> <https://www.epsu.org/article/epsu-supports-manifesto-european-network-public-water>
- <sup>23</sup> <https://gala.gre.ac.uk/id/eprint/1708/1/2009-03-W-PUPS.pdf>
- <sup>24</sup> <https://www.epsu.org/article/epsu-and-europe-s-roma-communities-demand-commission-act-right-water>
- <sup>25</sup> <http://www.errc.org/news/no-water-no-justice-for-slovenian-roma-at-european-court>
- <sup>26</sup> <http://www.errc.org/press-releases/roma-win-court-case-against-serbian-authorities-for-2012-forced-eviction>
- <sup>27</sup> *A remunicipalisation guide for workers and trade unions*, Public Services International, September 2020 <https://publicservices.international/resources/publications/taking-our-public-services-back-in-house---a-remunicipalisation-guide-for-workers-and-trade-unions?id=11108&lang=en>
- <sup>28</sup> <https://www.epsu.org/article/public-and-private-sector-efficiency>
- <sup>29</sup> EPSU, *Why public-private partnerships (PPPs) are still not delivering* (December 2020) [https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/PPPs\\_EN.pdf](https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/PPPs_EN.pdf)
- <sup>30</sup> <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/DocItem.aspx?did=45153>
- <sup>31</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_14\\_277](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_14_277)
- <sup>32</sup> [https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/Position\\_on\\_concessions\\_EN-2.pdf](https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/Position_on_concessions_EN-2.pdf)
- <sup>33</sup> <https://www.epsu.org/article/victory-citizens-victory-human-right-water>
- <sup>34</sup> <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26595&LangID=E>
- <sup>35</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>36</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/d59dfcc6-3441-422e-a78b-b7941fcf16d8\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_Appendix\\_NEW\\_revised\\_Dec-2020.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/d59dfcc6-3441-422e-a78b-b7941fcf16d8_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_Appendix_NEW_revised_Dec-2020.pdf)

- <sup>37</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>38</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>39</sup> futureispublic\_online\_def.pdf (tni.org)
- <sup>40</sup> futureispublic\_online\_def.pdf (tni.org)
- <sup>41</sup> futureispublic\_online\_def.pdf (tni.org)
- <sup>42</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>43</sup> [https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a\\_2020\\_-\\_EN\\_Global\\_Remunicipalisation\\_full\\_report\\_NEW\\_revised3\\_26\\_nov\\_20.pdf](https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/8f22cbc1-0cec-4f32-8691-58b156b9779a_2020_-_EN_Global_Remunicipalisation_full_report_NEW_revised3_26_nov_20.pdf)
- <sup>44</sup> [https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/EN\\_EFFICIENCY%20for%20web.pdf](https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/EN_EFFICIENCY%20for%20web.pdf)
- <sup>45</sup> <https://www.epsu.org/article/progressive-public-water-management-europe-search-exemplary-cases>
- <sup>46</sup> [https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/FINAL\\_Safe%20Jobs%20in%20the%20Circular%20Economy\\_EN.pdf](https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/FINAL_Safe%20Jobs%20in%20the%20Circular%20Economy_EN.pdf)
- <sup>47</sup> [https://ec.europa.eu/environment/circular-economy/pdf/new\\_circular\\_economy\\_action\\_plan.pdf](https://ec.europa.eu/environment/circular-economy/pdf/new_circular_economy_action_plan.pdf)
- <sup>48</sup> [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)
- <sup>49</sup> <https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/Green%20Deal%20short%20Policy.pdf>
- <sup>50</sup> <https://www.epsu.org/article/epsu-position-european-green-deal>
- <sup>51</sup> [https://ec.europa.eu/clima/sites/clima/files/adaptation/what/docs/eu\\_strategy\\_2021.pdf](https://ec.europa.eu/clima/sites/clima/files/adaptation/what/docs/eu_strategy_2021.pdf)





**A FSESP é a Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos.** É a maior federação da CES e é composta por 8 milhões de trabalhadores dos serviços públicos em toda a Europa. A FSESP organiza trabalhadores na energia, água e setores de resíduos, saúde e serviços sociais e governo local, regional e central, em todos os países europeus, incluindo os países vizinhos da UE Oriental. É a organização regional da Internacional Serviços Públicos (PSI).

[www.epsu.org](http://www.epsu.org)

